



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CRA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, o CONVITE ao Exmo. Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos a respeito da politização das provas do Enem de 2023, em especial sobre a discriminação do setor agropecuário brasileiro, com destaque da região Centro-Oeste e seus habitantes.

JUSTIFICAÇÃO

No primeiro dia de provas do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem - 2023, realizado no domingo, 5 de novembro, foram propostas questões que suscitaram um debate acalorado e muita reprovação. Destacam-se três delas que refletem uma visão unidimensional e negativa do setor rural brasileiro.

A questão 70 abordou a relação entre a cultura da soja e o desmatamento na Amazônia e a 71 questionou as motivações por trás da nova corrida espacial, tendenciosamente, em referência aos temas indígenas. Mais notoriamente, o item 89 descreveu aspectos prejudiciais do agronegócio no Cerrado, mencionando a "superexploração dos trabalhadores" e as "chuvas de veneno" devido ao uso de defensivos. O enunciado também fez referência à "praga" da mecanização pesada, violência simbólica e alegações sobre agressividade contra a pessoa.

Além de serem dotadas de um teor ideológico, os formulados carecem de fundamentação científica e acadêmica, levam a uma uniformidade de pensamento e desconsideram o pluralismo de ideias que deveria permear o ambiente educacional.

Esse tipo de abordagem não apenas desconsidera a diversidade de perspectivas permitidas para uma compreensão completa do assunto, mas, também pode impactar de maneira significativa como a sociedade percebe o setor agropecuário e sua contribuição para o país.

A agricultura e a pecuária não podem ser retratadas de maneira simplista e negativa. Dados recentes, comprovam que o segmento desempenha papel essencial no desenvolvimento econômico e social de muitos países. No Brasil, por exemplo, o campo contribui de maneira significativa para o Produto Interno Bruto - PIB - além de ser um grande gerador de empregos e fornecer sustento a milhões de pessoas em áreas rurais.

Além disso, a modernização das práticas agrícolas e o avanço tecnológico no setor aumentaram a eficiência e a produtividade, reduziram a pressão sobre novas áreas de florestas e promoveram práticas mais sustentáveis. Muitos agricultores adotaram técnicas mais amigáveis ao meio ambiente, como o plantio direto, a agricultura de precisão e a rotação de culturas, diminuindo a dependência de produtos químicos.

Soma-se ainda que o setor desempenha papel vital no combate à fome, não só no Brasil, mas em todo o planeta. O país é um dos principais exportadores de alimentos e sua produção agrícola é fundamental para a segurança alimentar global. Fornecemos alimentos essenciais, como grãos, carnes e frutas, que alimentam milhões de pessoas em todo o mundo.

Portanto, este setor é essencial para a economia, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável do Brasil. Em vez de demonizá-lo, deve-se construir um diálogo que promova práticas agrícolas cada vez mais sustentáveis para um

futuro no qual a agricultura, a pecuária e a conservação continuem coexistindo harmoniosamente.

O Enem, sendo um dos principais instrumentos de avaliação e acesso ao ensino superior no país, tem o papel de refletir, não apenas o conhecimento adquirido pelos estudantes, mas, também de promover uma visão crítica e multifacetada dos temas abordados. A presença de questões que possam ser interpretadas como ideologicamente tendenciosas compromete a integridade e a imparcialidade que o exame deve sustentar.

A convocação do Ministro da Educação é, portanto, imperativa para garantir que o Enem continue a ser um reflexo dos valores educacionais de isenção e excelência. Assim como, para assegurar a transparência e a responsabilidade na construção de um exame que influencia diretamente o futuro de milhões de jovens brasileiros.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2023.

Senador Luis Carlos Heinze
(PP - RS)